



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa



ATA N.º 4/2024
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No vigésimo sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu ordinariamente, por videoconferência, o Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes: Professora Doutora Ana Perestrelo de Oliveira (Presidente do Órgão), Professor Doutor Hugo Ramos Alves, Dr. Afonso Brás, Dra. Sara Azevedo, Dr. Diogo Tapada dos Santos, Professora Doutora Cláudia Madaleno, e; enquanto membros discentes: os estudantes, João Alegria, Mussa Só, Mauro Marques, Pedro Carneiro e Vasco Silva; e, enquanto membro não docente, Dália Marinho.

Estiveram ainda presentes, sem direito de voto, o Senhor Diretor Executivo, Dr. Bertolino Campaniço.

Estiveram também presentes a Professora Doutora Paula Vaz Freire e a Dr.ª Ana Ramos, convidadas a participar na reunião no que se refere ao ponto único da Ordem de Trabalhos.

A Dra. Mafalda Melim, o Dr. André Brito e a Dr.ª Rosa Guerreiro justificaram a sua ausência.

A ordem de trabalhos consistiu no seguinte ponto único:

1. Relatório de atividades e contas de 2023



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Relatório de atividades e contas

A Presidente, Professora Doutora Ana Perestrelo, deu início ao ponto único da Ordem de Trabalhos, relativo à apresentação e aprovação dos Relatórios de Atividades e Gestão de 2023, agradecendo a presença da Professora Doutora Paula Vaz Freire, Diretora durante o ano transato, a quem concedeu a palavra para uma breve apresentação dos Relatórios.

A Professora Doutora Paula Vaz Freire explicou que os Relatórios de Atividades e de Gestão, apesar de serem relativos ao último ano do seu mandato, foram elaborados depois de ter cessado funções. Assim, passou a palavra ao Dr. Bertolino Campaniço e à Dra. Ana Ramos, responsáveis pela redação dos relatórios em apreço.

Tomando a palavra, o Dr. Bertolino Campaniço começou por explicar que o Relatório de Atividades de 2023 é muito exaustivo, dados os detalhados contributos prestados pelas diferentes unidades administrativas da Faculdade, que foram incluídos por inteiro. Por isso, deixou o compromisso de apresentar algo mais conciso no próximo ano.

Relativamente à contratação de novos docentes, tema recorrente nas últimas reuniões do Conselho de Escola, o Dr. Bertolino Campaniço informou que foram concluídos, em 2023, três concursos para Professores Associados, com o provimento total de seis vagas, e foram lançados três concursos para Professores Auxiliares que estão ainda a decorrer. Além disto, foram ainda providos concursos para a contratação de técnicos superiores e de assistentes técnicos, com vista a reforçar o corpo de funcionários da Faculdade.

Quanto à investigação, o Dr. Bertolino Campaniço explicou que se apostou principalmente no apoio à internacionalização de projetos científicos, nomeadamente ao abrigo dos fundos europeus *Jean Monnet* e do *Fullbright Specialists*. Assegurou-se ainda a publicação de dois números da revista *Lisbon Law Review*, cujo acervo foi totalmente digitalizado.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A
R

No âmbito da Biblioteca, prosseguiu-se a atualização e valorização do acervo bibliográfico, tanto através da subscrição de coleções digitais de periódicos como da aquisição de monografias. A obra de ampliação da Biblioteca foi finalizada, tendo entrado em pleno funcionamento em abril de 2023.

No seguimento dos esforços passados de transição energética, elaborou-se um Plano de Eficiência Energética e Hídrica e foi apresentada candidatura ao programa Plano de Eficiência ECO.AP 2030. Além disto, foi aceite a candidatura apresentada no âmbito do programa TC-C13-i02, que inclui um financiamento de 620.000€.

Relativamente às iniciativas junto da Comunidade Académica e da Sociedade, manteve-se a possibilidade de os estudantes com dificuldades económicas recorrerem ao Programa de Pagamento Faseado (PPF) de propinas e foi reforçado o número de psicólogos do Gabinete de Apoio Psicológico (GAP). Neste último âmbito, o Dr. Bertolino Campaniço realçou ainda a relevância da atividade desenvolvida pelo Grupo de Trabalho para a Promoção da Saúde e Bem-estar.

Foram realizados uma série de eventos de ligação à sociedade, dos quais se destaca a participação na *Futurália* pela sua importância na captação de novos estudantes. No âmbito da Comunicação e Imagem, intensificou-se a utilização das redes sociais da Faculdade, o que conduziu a um incremento de 50% dos seguidores das mesmas. O lançamento de novas linhas de *merchandising* e de vídeos institucionais contribuíram também para a promoção de uma nova identidade da FDUL. Aqui, cabe destacar o vídeo-visita da Sala Museu Marcello Caetano e Paulo Cunha. Por fim, foi implementado o novo *lay-out* do sítio online da Faculdade.

Quanto à Pedagogia, foram implementados os novos inquéritos pedagógicos em todos os níveis de ensino, devendo estes ser progressivamente melhorados nos próximos anos. Ao momento da reunião, decorriam ainda os inquéritos relativos ao primeiro semestre da licenciatura e dos mestrados do ano letivo 2023-2024.

Por fim, o Dr. Bertolino Campaniço destacou a constituição de uma equipa dedicada à proteção dos dados pessoais com que a Faculdade trabalha.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Terminado o destaque dos principais pontos do Relatório de Atividades, a Dra. Ana Ramos tomou a palavra para uma breve apresentação do Relatório de Gestão de 2023.

Iniciou referindo que 2023 contribuiu para um aumento do saldo orçamental para a gestão seguinte na ordem dos 922 mil euros, tendo para tal contribuído um aumento geral da receita cobrada líquida em 5,9% e uma diminuição da despesa paga líquida em 3,7% relativamente ao período homólogo.

Fez nota para a redução nominal do saldo acumulado que se verifica na Tabela 1 do Relatório de Gestão explicando que esta diminuição resulta da subscrição de certificados CEDIC. Este instrumento de dívida pública disponibilizado pelo IGCP para entidades públicas aparece, em termos orçamentais, no mapa da despesa paga líquida, fazendo por isso baixar o saldo acumulado do ano para a gerência seguinte no valor da sua subscrição em 6,5M€. Assim, apesar de, contabilisticamente, esta rubrica ser considerada despesa, não deve ser entendida como tal, mas antes como um ativo financeiro, desprovido de risco, que permitiu à Faculdade uma receita já registada em 2024 de cerca de 50 mil euros.

Quanto às receitas próprias, a receita cobrada em propinas, taxas e outros emolumentos aumentou em 3,9%, apesar de uma ligeira diminuição na receita obtida com propinas de primeiro ciclo. Também as transferências do Orçamento de Estado aumentaram (6,2%), consequência do reforço de verbas para as Instituições de Ensino Superior, no âmbito do cumprimento do contrato de legislatura e para compensar as perdas de receitas próprias decorrentes da descida das propinas em anos passados.

Relativamente à despesa, é evidente o peso significativo das despesas com pessoal, ascendendo a 10M€. Quanto às despesas com bens e serviços, estes aumentaram (8,6%), enquanto as despesas de investimento diminuíram consideravelmente (-73,8%). Esta última diminuição é explicada pela conclusão da obra da biblioteca:



apenas as despesas relativas à aquisição do mobiliário do novo edifício foram registadas no exercício orçamental de 2023. Ainda na rúbrica de investimento, nota para o reforço em tecnologias de informação e comunicação.

Nas páginas 12 e 13 do Relatório de Gestão, encontram-se explanados os procedimentos de contratação pública utilizados pela Faculdade no ano transato, esclareceu, que embora em número, os ajustes diretos sejam superiores, o valor total adjudicado analisado no computo global é evidentemente inferior.

A Dra. Ana Ramos, a título conclusivo, destacou os positivos indicadores orçamentais da página 18, e agradeceu a dedicação e profissionalismo à Professora Doutora Paula Vaz Freire, e demais direção anterior a quem estas contas se reportam.

A Presidente Professora Doutora Ana Perestrelo agradeceu tanto ao Dr. Bertolino Campaniço como à Dra. Ana Ramos pelas esclarecedoras apresentações e felicitou a Professora Doutora Paula Vaz Freire pelo sucesso alcançado no ano de 2023.

O Professor Doutor Hugo Ramos Alves começou por salientar que entende não ser adequado que o atual Diretor não compareça na reunião, atenta a ordem de trabalhos da mesma. Relativamente aos documentos apresentados, apontou que o Relatório de Gestão não diferencia entre os gastos com pessoal docente e não docente, apesar de tal ser de grande relevância para a contratação de novos docentes. Apenas conhecendo a atual despesa com pessoal docente será possível perceber o limite nominal legal e a capacidade financeira para a contratação de novos docentes. Por fim, o Professor Doutor Hugo Ramos Alves questionou o motivo que levou os concursos para novos docentes a terem apenas sido lançados no final do mandato da direção anterior, mais precisamente na última reunião da formação pretérita do Conselho Científico da Faculdade.

A Dra. Ana Ramos começou por explicar que a base salarial é sempre analisada como um todo, prática que, aliás, é seguida não apenas na Faculdade, mas também ao nível da Universidade de Lisboa. Quanto às novas contratações, a Dra. Ana Ramos relembrou que existe um limite legal de 3% de crescimento anual das despesas com

B
D



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

peçoal. Contudo, quando saem docentes, a verba equivalente ao salário que estes auferiam fica disponível de imediato nesse mesmo ano para novas contratações. Ora, o que se verifica, é que não existe uma ocupação unívoca imediata para essa mesma categoria de docente, dado essa ocupação estar dependente da abertura de procedimentos concursais e do tempo associado aos trâmites processuais associados.

Tomando a palavra, a Professora Doutora Paula Vaz Freire agradeceu ao Dr. Bertolino Campaniço e à Dra. Ana Ramos pelas apresentações claras dos Relatórios. Frisou ainda que o bom resultado financeiro alcançado reflete uma gestão muito criteriosa das contas da faculdade, pela qual saudou especialmente a Dra. Ana Ramos.

Relativamente às questões colocadas pelo Professor Doutor Hugo Ramos Alves, a Professora Doutora Paula Vaz Freire indicou que, sendo a despesa total com pessoal de aproximadamente 10M€, o limite legal de crescimento de 3% dessa despesa equivalerá a cerca de 300.000€. Porém, é necessário perceber que uma contratação comporta 14 meses de salário, e que embora no ano da contratação possa onerar o orçamento em menos despesa paga, dependendo do mês da entrada, a cabimentação dos 14 meses é importante e obrigatória, para salvaguarda da sustentabilidade das contas da Faculdade. Concluindo, a Professora Doutora Paula Vaz Freire esclareceu que, desde o início do seu mandato, a sua equipa trabalhou junto do Conselho Científico e dos Grupos Científicos para diligenciar o lançamento dos concursos necessários. Todavia, como as competências nesta matéria estão repartidas por diferentes órgãos, este não é um esforço que dependa apenas da Direção e, por isso, apenas no final do mandato foi possível lançar os concursos.

A Professora Doutora Cláudia Madaleno felicitou a redação dos Relatórios de Atividades e de Gestão, um processo por si só bastante complexo. Seguidamente, questionou em que consiste o Plano de Eficiência Energética e de que modo este acrescenta ao trabalho desenvolvido ao abrigo do POSEUR.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

R

Regressando ao tema da contratação de docentes, a Professora Doutora Cláudia Madaleno lembrou que muitos dos concursos que são abertos demoram muito tempo a ser concluídos, mesmo quando já são conhecidos os vencedores dos mesmos.

A docente referiu ainda a questão da “Medicina no Trabalho”, inquirindo o estado de situação relativamente a essa iniciativa.

Por fim, a Professora Doutora Cláudia Madaleno apontou que o Relatório de Atividades era omissivo quanto às atividades desenvolvidas pela *Imprensa FDUL* em 2023, apesar de esta ter realizado a publicação de cinco livros. Estas publicações contribuem ativamente para a investigação e contribuição científica, tal como a *Lisbon Law Review*, pelo que seria importante incluir estas atividades no Relatório.

O Dr. Bertolino Campaniço, ao procurar responder às questões colocadas, explicou que o lançamento dos concursos de contratação de docentes, bem como a sua conclusão, está muitas vezes ligado a processos internos ao Conselho Científico, que por vezes atrasam os procedimentos. Quanto ao Plano de Eficiência Energética, este está disponível no sítio online da Faculdade, pelo que poderá aí ser consultado em detalhe.

Concluindo, o Dr. Bertolino Campaniço reconheceu que a omissão das atividades da *Imprensa FDUL* terá sido um pequeno erro que será remediado aquando de uma revisão final do Relatório de Atividades.

A Professora Doutora Cláudia Madaleno acrescentou brevemente que, no que toca aos concursos de contratação de docentes, se os atrasos se deverem às diligências a tomar pelos respetivos júris, talvez seja necessário alertar os júris para a necessidade de uma conclusão tempestiva dos procedimentos.

Não existindo a possibilidade de prestar os esclarecimentos requeridos quanto à Medicina no Trabalho, a Presidente Professora Doutora Ana Perestrelo solicitou que essa informação seja remetida ao Conselho assim que possível.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Dra. Ana Ramos, no âmbito da questão colocada anteriormente pelo Professor Doutor Hugo Ramos Alves, indicou que dos 10M€ despendidos com remunerações, cerca de 8.400.000€ referem-se a despesas com o corpo docente. Realçou ainda que, em 2023, foram pagas valorizações remuneratórias decorrentes dos resultados da avaliação do corpo docente.

Relativamente à Imprensa FDUL, explicou que esta não havia sido destacada no Relatório de Gestão, uma vez que a maioria das suas despesas foram realizadas durante o exercício de 2022, não se tendo verificado em termos monetários grande valorização face à análise global das contas em 2023. Por fim, a Dra. Ana Ramos explicou que o Plano de Eficiência Energética é a continuação do esforço iniciado com o POSEUR, nomeadamente quanto à ampliação da capacidade fotovoltaica.

O Professor Doutor Hugo Ramos Alves agradeceu a informação prestada pela Dra. Ana Ramos. Contudo, ressaltou que 3% de 8.400.000€ (252.000€) é consideravelmente menos do que 300.000€, pelo que poderá ser necessário encontrar meios para compensar essa diferença.

O estudante Pedro Carneiro inquiriu, no âmbito do Relatório de Atividades, o motivo da não-realização da pós-graduação em Justiça e Arbitragem Internacional: Novos Desafios, que estava agendada para ter início em 2023. Além disto, apontando que o Relatório descreve o projeto relativo ao Edifício 4 como “em desenvolvimento”, questionou qual o estado do projeto.

Por fim, após louvar o esforço de aquisição de nova bibliografia digital para a Biblioteca, o estudante Pedro Carneiro lembrou que, atualmente, o acesso a esses recursos é dificultado pelo *software* em uso, cuja impraticabilidade impede muitos estudantes de usufruir em pleno dessas novas aquisições.

O Dr. Bertolino começou por esclarecer que a mencionada pós-graduação sofreu um atraso devido à mudança de coordenador científico, da conclusão do plano de estudos e do corpo docente. De todo o modo, é esperado que esta venha a ter começo em 2024. Quanto ao Edifício 4, a indicação foi que as iniciativas para o lançamento dessa obra estão ainda em fase embrionária de desenvolvimento.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Dra. Licínia Santos, Coordenadora dos serviços da Biblioteca, esclareceu que foi adquirida uma nova *App*, a OpenAthens, para facilitar o acesso aos recursos digitais da biblioteca. Contudo, alguns constrangimentos de ordem técnica atrasaram a implementação deste novo software: os IPs da Universidade, em relação à VPN, são os mesmos para toda a universidade, o que impede a diferenciação quando os recursos a aceder são apenas da FDUL. Assim, quando um utilizador se liga fora do *campus* é-lhe possível aceder aos recursos, porém, quando se está no *campus*, a VPN não reconhece o IP correto, impedindo o acesso. A *app* OpenAthens permitirá precisamente resolver esta questão e facilitar o acesso aos recursos próprios da FDUL. Além disto, a Dra. Licínia Santos apontou ainda que, uma vez em funcionamento este novo software, a Faculdade terá acesso a estatística relativa ao acesso aos recursos, o que permitirá realizar aquisições mais informadas no futuro. A Professora Doutora Paula Vaz Freire reforçou que a pós-graduação em Justiça e Arbitragem Internacional não se realizou devido à transição do responsável científico. Quanto ao Edifício 4, informou que existiram reuniões com o gabinete de arquitetura que desenvolveu os projetos dos mais recentes edifícios da Faculdade, no sentido de ser apresentada uma proposta de implementação do local onde será erigido o Edifício 4. Para este efeito, foi também constituída uma comissão, presidida pelo Prof. Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa para analisar as necessidades a suprir e as linhas gerais que deverão orientar o projeto. Contudo, essa comissão não chegou nunca a produzir quaisquer resultados.

A título conclusivo, a Professora Doutora Paula Vaz Freire lembrou o saldo positivo de 900.000€, fruto em parte do bom funcionamento dos procedimentos de contratação pública. Neste âmbito, aproveitou para saudar a Professora Doutora Cláudia Madaleno, a Dra. Cândida Machado e a Dra. Ana Ramos que lideraram os progressos nesta matéria.

O estudante Pedro Carneiro questionou se os títulos CEDIC subscritos venceram ou não e se, portanto, os 6,5M€ investidos e os mencionados juros já se encontram disponíveis. Por fim, mencionou que ainda bem que foi feito um investimento numa

A
Q



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

vídeo-visita das salas museu Marcello Caetano e Paulo Cunha, porque presencialmente essa visita é impossível dado que as salas museu se encontram sempre fechadas. O estudante colocou, por isso, à consideração se manter uma sala museu permanentemente fechada não contraria precisamente o propósito que uma sala museu à partida terá.

A Dra. Cândida Machado explicou que as salas museu em causa se encontram fechadas, visto serem apenas visitáveis sob marcação no sítio online da Faculdade.

A Dra. Ana Ramos esclareceu que o saldo do CEDIC já está disponível nas contas bancárias da Faculdade, incluindo o seu rendimento total de cerca de 50 mil euros.

O estudante Mussa Só solicitou informação relativa ao custo real do estudante de primeiro ciclo para a Faculdade, um dos fatores a ter em conta na fixação da propina do estudante internacional. Esta informação foi já anteriormente solicitada pelos Conselheiros de Escola Discentes sem sucesso.

O Dr. Bertolino Campaniço explicou que requereu essa informação à Reitoria que, por sua vez, o informou que para obter essa informação era necessário a implementação de uma contabilidade de gestão, para além das duas em vigor, a orçamental e patrimonial. Como tal, não é possível à Reitoria prestar essa informação de momento.

A Dra. Ana Ramos reforçou os esclarecimentos do Dr. Bertolino Campaniço, esclarecendo que a contabilidade necessária para prestar essa informação, contabilidade analítica, de gestão, está sujeita a especificidades que comportam fases de análise, desenho e desenvolvimento, entre outros, de critérios de imputação, bases de repartição e demais especificidades técnicas que a Universidade de Lisboa tem estado a desenvolver mas que à data, ainda não estão implementadas nas suas Escolas.

O estudante Pedro Carneiro, aderindo ao pedido formulado por Mussa Só, referiu que, apesar das dificuldades técnicas levantadas, um valor terá que existir, visto que o custo real por estudante é um dos elementos determinantes do valor das transferências do Orçamento de Estado auferidas por cada Instituição de Ensino Superior.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Dr. Bertolino Campaniço indicou que aplicou o mesmo raciocínio nas suas comunicações com a Reitoria e que, ainda assim, lhe foi comunicado que os serviços não estavam em posição de prestar a informação solicitada.

Não havendo mais intervenções, a Presidente Professora Doutora Ana Perestrelo colocou a votação os Relatórios de Atividades e de Gestão, que foram aprovados por unanimidade, sendo os resultados apurados os seguintes:

A favor: 12

Abstenções: 0

Votos contra: 0

Aprovados os Relatórios, a Presidente agradeceu a todos os presentes os esclarecimentos prestados, especialmente à Professora Doutora Paula Vaz Freire, a quem felicitou pelos excelentes resultados obtidos no seu último ano de mandato enquanto Diretora.

Terminado o ponto único da Ordem de Trabalhos a Presidente perguntou se algum Conselheiro pretendia ver tratado algum outro assunto.

O Professor Doutor Hugo Ramos Alves mencionou que, no contexto de participação na manifestação do Dia do Estudante, foi dada a possibilidade aos estudantes de se ausentarem justificadamente das aulas no dia 21 de março (Despacho 35/2024). Apesar de não se opor à medida, o Professor Doutor Hugo Ramos Alves sustentou ser absolutamente inadmissível que o despacho em causa apenas tenha sido publicitado através do *Facebook* e que nenhuma comunicação institucional tenha sido feita ao corpo docente, que apenas por bambúrrio da sorte poderia ter conhecimento do respetivo teor.

O Dr. Diogo Tapada dos Santos alinhou-se com as palavras do Professor Doutor Hugo Ramos Alves e apontou ainda o que considerou um problema fundamental desse despacho: não é indicado o modo de justificação das faltas e, não podendo um docente inquirir diretamente um estudante quanto à sua participação ou não numa manifestação, a devida justificação de faltas torna-se problemática.

R



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Além disto, o Dr. Diogo Tapada dos Santos chamou a atenção para o uso de português do Brasil nas redes sociais oficiais da FDUL, algo que considerou não dever acontecer numa Faculdade portuguesa, que deve utilizar a norma europeia da língua portuguesa nas suas comunicações oficiais. Por fim, mencionou ainda que um desses *posts* inclui a figura do Presidente da República, a quem é devido um certo protocolo que não pode ser preterido em redes sociais de carácter oficial.

O Dr. Bertolino Campaniço garantiu que a falha de comunicação relativa ao despacho da justificação de faltas não se voltará a repetir.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu a reunião por encerrada às dez horas e quarenta minutos.


A próxima reunião ficou agendada para 2 de maio, sem prejuízo de uma convocação anterior se tal se demonstrar necessário.

A Presidente do Conselho de Escola



(Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Oliveira)

O Secretário do Conselho de Escola



(Pedro Carneiro)